

Tesouro vai adiantar R\$ 1 bilhão da CPMF para Saúde

Ministro Adib Jatene queria R\$ 4 bilhões, mas pelo menos poderá pagar a dívida com hospitais, atrasada desde outubro

Regina Alvarez

• BRASÍLIA. O Tesouro Nacional vai liberar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão em recursos para o Ministério da Saúde, como adiantamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que só começará a ser cobrada daqui a três meses. Esse montante é menor do que o valor reivindicado pelo ministro Adib Jatene — em torno de R\$ 4

bilhões — mas permitirá o pagamento da dívida de R\$ 1 bilhão que o Ministério da Saúde tem com os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora já tenha concordado em adiantar os recursos, a equipe econômica do Governo ainda busca uma fonte de financiamento, já que não há dinheiro disponível no caixa do Tesouro para atender à Saúde, além dos R\$ 700 milhões liberados mensalmente.

As negociações com o ministro Adib Jatene recomeçarão na próxima semana, logo que ele retornar de um curto período de férias. Várias hipóteses de financiamento estão sendo cogitadas pelo Governo, entre elas a liberação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), embora, neste caso, o empréstimo dependa de uma negociação complicada com os integrantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Am-

paro ao Trabalhador (Codefat), que administra estes recursos.

O FAT foi criado para financiar investimentos e o seguro-desemprego, mas tem sido usado para outros fins, provocando a resistência dos conselheiros.

A CPMF — mais conhecida como imposto sobre o cheque, mas que atinge qualquer movimentação financeira — foi criada para financiar a Saúde e aprovada pelo Congresso na semana passada.

Mas a Constituição determina que uma nova contribuição só poderá vigorar 90 dias após ser aprovada. Com isso, a arrecadação da CPMF este ano chegará, na melhor das hipóteses, a R\$ 1 bilhão. A previsão de arrecadação para o ano era de R\$ 6 bilhões.

O ministro Adib Jatene está levando a maior fatia dos recursos de custeio do Tesouro Nacional, aproximadamente R\$ 700 milhões por mês, mas, ainda assim, não

consegue resolver os problemas da área da Saúde. Com os hospitais, acumula uma dívida de cerca de R\$ 1 bilhão, decorrente de um aumento de 25% nas tabelas aprovado em julho do ano passado, que só foi pago até outubro.

Além disso, o Ministério da Saúde não dispõe de recursos para comprar os medicamentos de última geração (inibidores de protease) para o tratamento de portadores do vírus da Aids. ■